

Um acordo plurianual com os credores

Este é o objetivo do presidente do BC (otimista com a receptividade dos banqueiros) para a renegociação da nossa dívida. Ontem, foi entregue a 6ª carta ao FMI.



Jacques de Larosière



Afonso Celso Pastore



Paul Volcker

A sexta carta de intenção do Brasil foi entregue ontem ao diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Jacques de Larosière. No entanto, ele só a receberá oficialmente depois da volta ao Brasil do ministro Ernane Galvêas, quando o ministro enviar uma cópia da carta aos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados. Assim, esta carta de intenção ainda tem a data em branco.

Ao dar essa informação ontem, o presidente do Banco Central, Afonso Pastore, transmitiu a impressão de que a renegociação, a se iniciar no fim de outubro, deverá encontrara boa vontade dos credores.

"Meu objetivo agora é o multi-year", declarou Pastore, aludindo à sua vontade de negociar um acordo plurianual com nossos credores. Acrescentou que se encontrou durante a assembléia do FMI-Bird com todos os banqueiros que fazem parte do grupo de assessoramento do Brasil. Todos os representantes dos bancos europeus estão dispostos a aceitar um esquema plurianual, segundo informou o presidente do Banco Central. Até agora nenhum banqueiro americano se pronunciou contra a idéia, tampouco.

Após uma exaustiva maratona no final da tarde de ontem, Pastore podia respirar um pouco. Ontem foi para ele um dia particularmente importante, pois, com o ministro Galvêas, encontrou-se primeiro com Jacques de Larosière e depois com Paul Volcker, presidente da Reserva Federal (Banco Central) dos Estados Unidos.

Sem queixas

O diretor-gerente do FMI mostra até na sua fisionomia a satisfação do dever cumprido. Agora, com o final (ou início do final) feliz com a Argentina, comprovou que estava certo ao escolher seu esquema para resolver a grave crise da dívida. Do Brasil não tem queixas, ainda que não pareça ter dado (isso não foi dito pelo presidente do nosso Banco Central) receitas para conter a inflação.

A conversa com Paul Volcker foi também muito positiva. Quando Pastore lhe disse que estava trabalhando com base numa taxa interbancária de Londres (Libor) de 12,5% para o ano que vem, em média, o presidente do FED respondeu que era ligeiramente mais otimista, sem todavia se mostrar disposto a apostar. Se tivesse de fazer previsões, Volcker escolheria um valor entre 11,5 e 12%. Segundo Volcker, pode-se prever um novo crescimento do comércio internacional. No ano que vem, a expansão americana será um pouco menor do que neste ano, mas a da Europa será um pouco maior. É em razão da menor taxa de juros dos Estados Unidos que Volcker acredita numa queda da Libor.

Pastore insiste muito em enfatizar que ainda não começou a renegociação e que antes de ir à mesa de debates terá muitos cálculos a fazer, notadamente para definir a quantidade de dinheiro novo que o Brasil irá pedir. Deixa bem claro que não seguirá os conselhos de alguns, de pedir muito mais do que o necessário para constituir maiores reservas sobre as quais incidiriam juros elevados.

O problema do co-financiamento oferecido pelo Banco Mundial será estudado paralelamente à discussão com os bancos privados. No seu encontro com A.W. Clausen, a delegação brasileira nem tocou no assunto.

Nos meios financeiros existe todavia uma grande dúvida: será possível assinar um acordo com um governo em final de mandato? A imprensa que negocia o acordo será preparada pelo atual governo, mas a assinatura dos contratos somente será feita pelo novo e talvez não antes de março.

Galvêas

O ministro da Fazenda disse ontem à imprensa, durante coquetel oferecido na embaixada brasileira em Washington, que na sexta carta de intenções constarão dados segundo os quais o déficit público nominal deverá atingir Cr\$ 67,8 trilhões este ano, contra uma projeção anterior de Cr\$ 66,2 trilhões. O déficit operacional deverá chegar a Cr\$ 2,1 trilhões, pouco acima de 0,5% do Produto Interno Bruto, estimado em Cr\$ 380 trilhões. O déficit nominal deverá atingir 17,8% do PIB e a inflação mencionada para este ano é de 194 ou 195%.

— Está criada uma atmosfera muito favorável ao Brasil — disse Galvêas. — Estamos dando aos banqueiros, quando perguntam o quanto vamos precisar de dinheiro novo, a mesma resposta que damos a vocês: de zero a alguma coisa acima de zero, no entendimento de que é conveniente fazer um perfil da dívida ajustado às nossas necessidades cash-flow. As reações são todas muito favoráveis e o ambiente muito bom.

O ministro admitiu que "está chegando o momento favorável" à colocação de bônus brasileiro no Exterior, mas esclareceu que até agora o País não está considerando essa hipótese "nem há qualquer projeto nessa direção".

Quem perde com a alta dos juros nos EUA

Ao contrário do que afirmou o presidente Ronald Reagan na assembléia do FMI, o aumento da taxa de juros dos EUA tem prejudicado sensivelmente os países devedores, pois seus efeitos se propagam no mundo inteiro, refletindo-se sobre o nível de atividade econômica, com a conseqüente redução das importações por parte dos países industrializados. Essa opinião é do economista Paulo Nogueira Batista Júnior, da Fundação Getúlio Vargas do Rio.

Ele lembrou que a elevação dos juros somente provoca efeitos negativos na economia dos países devedores, mas que não são sentidos com a mesma intensidade pelos consumidores ou empresas dos Estados Unidos, diante da legislação desse país, que permite abatimento considerável sobre as despesas com pagamento de juros. Esta é a razão principal para se explicar a recuperação da economia norte-americana com uma taxa real de juros de 9% já descontado o efeito da inflação interna.

Segundo lembrou o economista da Fundação Getúlio Vargas, o pronunciamento do gerente-geral do FMI, Jacques de Larosière, advertindo os Estados Unidos quanto ao seu elevado déficit fiscal e à elevada taxa de juros, foi bastante oportuno, porque o governo norte-americano vem adotando uma política completamente oposta aos preceitos defendidos pelo FMI.

Lembrou Paulo Nogueira Batista Jr. que os Estados Unidos vêm produzindo déficits fiscais crescentes e mantendo o dólar sobrevalorizado, "com conseqüências danosas para o resto do mundo". Entre esses efeitos está a transferência de recursos dos países devedores para os Estados Unidos, como vem acontecendo com o Brasil, Argentina e México.

Ele reconheceu, contudo, que a política econômica norte-americana realmente favoreceu o aumento das exportações brasileiras para os EUA, superiores em 60% de janeiro a julho deste ano em comparação com idêntico período do ano passado.